

# “HOUEMOS VISTA DE TERRA”

## A construção discursiva do descobrimento e do Novo Mundo no século XVI

Virgínia Boechat<sup>1</sup>

(Capes proc. 2117-14-2)

### RESUMO

Este artigo examina, na literatura portuguesa de viagens do século XVI, a presença do descobrimento de uma terra nova a sudoeste do Oceano Atlântico, a fim de observar a maneira como este evento é criado, narrado e descrito, bem como as características com as quais as imagens da terra e seu povo começam a ser construídas no imaginário colonial.

**Palavras-chave:** Literatura de viagens; Construção discursiva dos descobrimentos; Construção discursiva do Novo Mundo; Mitos fundadores; Imaginário colonial.

### ABSTRACT

This paper analyses, in the 16th century Portuguese travel literature, the presence of the discovery of a new land in the southwest of Atlantic Ocean, in order to observe the way this event is created, narrated and described, as well as the characteristics with which the images of this land and its people began to be constructed in the colonial imaginary.

**Keywords:** Travel Literature; Discursive Construction of Discoveries; Discursive Construction of a New World; Founding Myths; Colonial Imaginary.

A América não estava aqui à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são “descobertas” ou, como se dizia no século XVI, “achamentos”. São invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas *Brasil* (como também *América*) é uma criação dos conquistadores europeus.

MARILENA CHAUI, *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da pesquisa intitulada “O ‘brasileiro’ na literatura portuguesa de viagens dos séculos XVI e XVII”, desenvolvida na Universidade de Aveiro, Portugal, entre 2014 e 2016, com supervisão do Prof. Doutor António Manuel Ferreira e financiamento pela bolsa de Pesquisa Pós-Doutoral da Capes.

## 1. A INVENÇÃO DA AMÉRICA E A INVENÇÃO DA PAISAGEM

O historiador mexicano Edmundo O’Gorman, a partir da década de 1950, propõe-se a empreender uma pesquisa relacionada à chegada de Colombo às terras que viriam a ser americanas. Porém, em vez de realizar uma investigação sobre o descobrimento em si, “como um feito”, procura abordá-lo como “a interpretação de um feito”, como “uma invenção do pensamento ocidental” (cf. O’Gorman, 2006, p. 22; p. 14). É dentro dessa proposta que se desenvolve seu estudo intitulado *La invención de América*, mais exatamente centrado na “história (...) da ideia de que a América foi descoberta”. (cf. pp. 13-17). Expondo, assim, a maneira como tal noção é gradualmente concebida por europeus em obras diversas, históricas, literárias, geográficas, como de Oviedo, de Fernando Colombo, de Bartolomé de Las Casas, de Herrera, de Humboldt, entre outras, O’Gorman fornece uma visão da gênese, da difusão e da transformação do entendimento de que Cristóvão Colombo descobre, em 1492, um novo continente que se chamaria América.

Atualmente, outros estudos e antologias abordam de forma semelhante a construção histórica dos descobrimentos, assim como a formação da imagem da América, dos países que a integram e das suas populações junto ao público europeu<sup>2</sup>. Aqui não nos propomos a empreender propriamente um estudo integral da *história da ideia de que o Brasil foi descoberto*, mas percorremos a concepção desse *encontro com uma nova terra* a sudoeste do Atlântico na literatura portuguesa de viagens, para observar a maneira como é construído esse momento: as noções que lhes são contíguas e se transformam ao longo do século XVI; os recursos com os quais as imagens da terra e de seu povo começam a ser construídas; a relação mais perceptível com aqueles que são depois lugares-comuns e paradigmas relativos ao Brasil e aos brasileiros, dentro e fora do país.

Anne Cauquelin, em *A invenção da paisagem*, faz a descrição pormenorizada de um jardim perfeito, a sua luz dourada, as sombras alongadas, a sensação de fragilidade, o trespassar de algumas presenças, uma casa com a janela descerrada, cuja luz em breve se projetaria sobre o gramado quando a noite caísse. Depois de alguns parágrafos descrevendo inúmeros detalhes, demarcações de tempo e espaço, e a concretude de algumas sensações, a autora nos revela que se trata de um sonho, e mais, de um sonho não próprio, mas de sua mãe (Cauquelin, 2007, pp. 19-20). Outrora franqueados a ela com “tamanha precisão e maravilhamento o gramado, a janela entreaberta, o muro do fundo do jardim e a luz dourada da tarde que se ia (...) esse sonho era tão real quanto pode ser qualquer coisa deste mundo” (p. 20). Segundo aponta, algo permite que se crie uma imagem desse jardim próprio a partir de um relato alheio, da narração feita por uma outra voz, possibilitando, assim, a instalação das “condições de uma visão ordenada” (p. 21). Podemos acrescentar que esses mesmos instrumentais permitem que seu leitor crie também sua imagem, e a narre posteriormente, para alguém que também irá ainda construir uma imagem.

---

2 Ver também o livro de Marilena Chauí, *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000), e o primeiro episódio da série *O Brasil no olhar dos viajantes*, de Carlos Fontoura (2012).

Conforme esclarece, a paisagem onírica que ela cria mentalmente contém uma visão impressionista, pictórica, uma cultura literária, assim como outros componentes cotidianos e culturais que estão por trás da artificial identificação entre paisagem e natureza (cf. p. 21). Dessa forma, quando alguém constrói uma paisagem, inevitavelmente o faz com seu aparato de saberes, aprendizagens, memórias, cultura. Mesmo que sejam estes implícitos e inconscientes, tudo isto integra uma estrutura de percepção através da qual é possível *ordenar valores da visão*, ou seja, construir a paisagem (cf. Cauquelin, 2007). Tal “conjunto de valores ordenados em uma visão”, que estrutura e se constitui como a construção de paisagem, opera também nos discursos, e não somente no sistema sígnico pictórico, da mesma maneira que no sonho relatado por Cauquelin.

De modo similar, quando um viajante, navegador, astrônomo real, colono, missionário, cronista, historiador e/ou humanista relatam um descobrimento, ou descrevem uma paisagem e uma população que a habita, o fazem a partir de seus saberes, aprendizagens e memórias. É dessa maneira que encontramos em escritos que são relatos do que seriam experiências, como de Caminha, Mestre João, Pero Lopes de Sousa ou Manuel da Nóbrega, uma profunda camada literária, artística, estética, religiosa, cultural. É dessa forma também que suas pretensas experiências reais são ainda franqueadas a outros, como Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros ou Pero de Magalhães de Gândavo. Em todo esse conjunto documental-literário será inventada a relação de sujeitos com o espaço e com uma alteridade, não somente através de conhecimentos implícitos, como também a partir da leitura e eleição explícita de modelos, da influência consciente, da citação e da utilização de um catálogo de características – lista esta que cresce e se transforma bastante ao longo dos quinhentos.

## 2. CARTAS, RELAÇÕES, CERTIDÕES E MAPAS: A EXPEDIÇÃO DE CABRAL

Nas primeiras folhas da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, conhecida como um dos três testemunhos documentados<sup>3</sup> ainda existentes da segunda viagem marítima portuguesa à Índia, empreendida pela frota de Pedro Álvares Cabral em 1500, o instante do *achamento* do Brasil, que aparece ali datado de 22 de abril daquele ano, é trazido aos olhos do rei D. Manuel, e dos muitos futuros leitores, com adjetivações ainda de teor aparentemente mais descritivo do que valorativo: “E neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra, a saber, primeiramente de um grande monte, mui alto e redondo, e de outras serras mais baixas ao sul dele, e de terra chã, com grandes arvoredos. Ao qual monte alto o capitão pôs o nome o Monte Pascoal e à terra, a Terra da Vera Cruz” (Caminha, 2000, p. 19). No começo dessa correspondência, não há menção às reações dos tripulantes da armada diante daquele achado, não há qualquer expressão que

---

3 Quanto à noção de *testemunho*, levamos em conta toda uma formação cultural e religiosa que precede e media o contato do sujeito com o espaço, como já exposto. Procuramos considerar que a paisagem não precede essa mediação, assim como temos em conta toda uma cadeia de escritos que se interseccionam nos quinhentos e nos séculos posteriores. A ideia de *testemunho*, como já esclarecemos em outros estudos, interessa-nos mais por um estatuto de discurso inaugural, que afeta o pacto de leitura (mesmo que seja um documento descoberto séculos depois), do que pela eventual ligação com a experiência.

indique surpresa por conta de avistarem uma costa, não há, até então, apreciações e julgamentos acerca de belezas ou grandes novidades da paisagem encontrada.

No trecho relativo ao dia seguinte da permanência naquela costa, Caminha relata que avista uma população no local: “houvemos vista de homens, que andavam pela praia, obra de 7 ou 8” (p. 19). Se naquele primeiro momento os habitantes também não são ainda descritos, logo adiante, nesse início, são caracterizados como *pardos*, *avermelhados*, *nus*, com armas rudimentares e pinturas corporais. Ao longo da carta são tidos como *mansos*, *amigáveis*, que gostam de dança, música e festa, que têm bons corpos, bons rostos, que são formosos e bem-dispostos, assim como são formosas as mulheres, e todos muito limpos. Mas em meio a tais adjetivações, que os positivam mas também comparam por vezes a animais, também são qualificados como arredios, bestiais, sem agricultura, sem religião e sem autoridade.

No documento conhecido como *Relação do piloto anônimo*, ou *Relação da viagem da frota comandada por Pedro Álvares Cabral*<sup>4</sup>, também considerado como resultante da mesma expedição, o avistamento da costa, ali datado como ocorrido na quarta-feira 24 de abril,<sup>5</sup> é narrado nas primeiras páginas, nas quais se pode ler que “na oitava de Páscoa, houve a dita armada vista de uma terra, de que teve grande prazer” (*Relação...*, 2000, p. 14). Sem adjetivos ainda relacionados à descrição geográfica, por outro lado, nesse início de narrativa já surge a alusão ao contentamento geral da tripulação; apesar da comemoração, não é expresso propriamente um espanto por parte do autor ou dos outros tripulantes, apenas alegria ou satisfação.<sup>6</sup> Poucas linhas adiante, ao delinear uma aproximação para reconhecimento do local, a *Relação* atribui uma primeira qualidade à terra, ao incluir que “acharam terra muito abundante em árvores e gente, que por ali andava pela praia”, com uma primeira visão da sua população, que algumas linhas depois é descrita como “gente de cor parda”, “bem proporcionada, com cabelos compridos e andam nus”, com seus arcos e flechas, amantes da música e da festa, e que em suas ações se mostram prestativos e amigáveis. São também qualificadas como *belas* as mulheres e apresentados um pouco de seus alimentos e da organização social (p. 14). Se a *Carta de Pero Vaz de Caminha* somente é reencontrada e publicada séculos depois de seu tempo, a *Relação*, por sua vez, tem

---

4 É o título proposto na edição de José Manuel Garcia (2000), tendo em vista não ter sido a *Relação* escrita por um piloto. Preferimos utilizar aqui, contudo, o título consagrado pelo uso e pela tradição crítica, mesmo que impreciso, nome com o qual ficou conhecido o documento após a sua segunda edição italiana, de 1550, na coletânea de Ramusio.

5 Segundo J.M. Garcia, tal informação é um equívoco que foi depois utilizado por inúmeros outros autores daquele século, mesmo que na *Relação* se tenha dito que viram a terra numa quarta-feira, (o que seria o dia 22) nenhum cronista da época parece ter ido checar a falta de coincidência do dia da semana com a data afirmada (cf. Garcia, 2000). Apenas com a descoberta da *Carta de Caminha* isso seria revisto.

6 Apesar de ser a *casualidade ou não* dessa ida à costa sul-americana um tópico ainda polêmico entre críticos e historiadores, e à parte nossas ressalvas quanto a alguma nomenclatura bastante equivocada e desatualizada utilizadas na obra de Jaime Cortesão no tratamento de povos não europeus, não podemos deixar de mencionar aqui a excelente explicação desse autor acerca do assunto. Cortesão aponta que são muitos os fatores nos documentos que desmontam a tese de casualidade, como a sequência narrativa da *Carta de Caminha*, o conteúdo da *Carta de Mestre João*, assim como outras fontes relacionadas à expedição, como a permissão para que novos navios fossem adquiridos na Índia em caso de necessidade, para transporte da mercadoria até Lisboa, o que o leva a deduzir que abrir mão do navio de mantimentos para que este levasse cartas sobre o achamento, no meio do caminho, seria uma decisão que Cabral não tomaria sem prévio aval prévio do rei, considerando a eventual necessidade do máximo de embarcações na volta de Calicute. Para observar os argumentos de Cortesão, ver o capítulo “O descobrimento”, e para observar o documento referido, ver anexo Documento 12, ambos no volume *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (Cortesão, 1994).

larga difusão na Europa a partir de 1507, quando é incluída na coletânea *Paesi novamente ritrovati*, organizada por Montalboddo, sendo depois traduzida em muitas línguas e inserida em várias edições (cf. Garcia, 2000, p. 12).

Aludida como *terra nova* nos dois documentos,<sup>7</sup> a recém batizada Vera Cruz recebe, já nesses trechos destacados dos dois escritos, qualidades que merecem algum destaque, conferidas aos seus elementos naturais. São caracterizações que já denotam alguma grandeza, como do monte e das árvores, ou amplitude, como da terra plana, na carta do escrivão<sup>8</sup>, ou uma profusão natural e populacional, na *Relação*, o que também aventa uma ideia de fertilidade. Como na chegada de Colombo às ilhas da América Central<sup>9</sup>, os povos originários, ainda vistos como uma só população numerosa, importam então aos portugueses como parte da paisagem nova; não é à toa que estão descritos lado a lado com a flora, como sinal de abundância. No entanto, pelo menos nesse primeiro momento, tais características ainda operam em uma apresentação que nos parece ainda não expressar uma ideia de excepcionalidade das dimensões ou de ambiência paradisíaca, traços que vão se intensificando ao longo dos dois relatos e que depois seriam largos lugares-comuns no imaginário corrente sobre o Brasil.<sup>10</sup> A edição diplomática do texto da *Carta de Caminha* traz uma interessante dupla adjetivação para o monte Pascoal, o que já amplifica a visão de seu tamanho, “gramde monte muy alto” (Caminha, 1994, p. 99).

Entretanto, mesmo dentro do propósito descritivo as camadas de saberes, aprendizados e memórias estruturam a relação desses sujeitos com o espaço e com o povo encontrados. A expressão dessa camada se torna mais visível ao longo dos seus discursos, na medida em que vão se acumulando e confirmando coincidências e constatações que dialogam com pontos fundamentais da tradição judaico-cristã e de toda uma cultura de viagens: a travessia do mar, o desaparecimento de um navio, o período de Páscoa, a possibilidade de ser a nova terra uma ilha, uma missa rezada sobre um ilhéu menor, o jardim abundante como o edênico e o dialogo com a sua localização terral desconhecida, a nudez que remete à adâmica, a inocência que precede à vergonha do pecado original. Finazzi-Agrò, em um estudo voltado à figura da ilha, aponta em dado conjunto da literatura de viagens essa ambiguidade, uma “indecisão significativa entre o *conhecer* e o *reconhecer*, entre a aceitação do que é ignoto e a fidelidade ao que é sabido” (Finazzi-Agrò, 1993, p. 4). Se temos defendido em nossas pesquisas o caráter de invenção deste *conhecer-reconhecer*, esse autor também o atesta, como ao observar, nesse subgênero, a “função acessória” do que seria a “experiência material” formatada pela “experiência emblemática”, “delimitando lugares sendo, ao mesmo tempo, conhecidos e desconhecidos, reais e fantásticos (...)” (cf. Finazzi-Agrò, 1993, pp. 1-4). Na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, a tudo isto, somam-se considerações de cunho práticos para as empresas expansionistas, como o pensamento

7 “vossa terra nova” (Caminha, 2000, p. 18), “a terra nova” (*Relação...*, 2000, p. 16).

8 Cortesão explica que Pero Vaz de Caminha não é escrivão da armada, mas designado para ser escrivão da feitoria portuguesa em Calicute (cf. Cortesão, 1994). Garcia aponta que esse escrivão da despesa daquela feitoria morreria no local em 16 de dezembro de 1500 (cf. Garcia, 2000, p. 17).

9 A ideia de que o ameríndio interessa a Colombo como parte da paisagem é trazida por Todorov: “*Colón sólo habla de los hombres que ve porque, después de todo, ellos también forman parte del paisaje. Sus menciones de los habitantes de las islas siempre aparecen entre anotaciones sobre la naturaleza, en algún lugar entre los pájaros y los árboles*” (Todorov, 2010, p. 48).

10 Ver Chauí (2000) e França (2012).

estratégico sobre conversão e dominação, o exame técnico do espaço, as ponderações sobre utilidades da costa, conselho e panejamento de ações futuras.

Como validação de um achamento, outros integrantes da armada de Cabral também produzem seus próprios relatos, porém a maior parte desses escritos desapareceria e permaneceria desconhecida. Temos acesso na atualidade a esses três testemunhos:<sup>11</sup> a *Carta de Mestre João*, que ainda não mencionamos aqui, em que se registra que “largamente escreveram a vossa alteza, assim Aires Correa como todos os outros” (Mestre João, 2000, p. 35); a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, na qual se lê que “o capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escreveram a vossa alteza a nova do achamento desta terra” (Caminha, 2000, p. 18); e a *Relação do Piloto Anônimo*, em que consta a menção vaga a notícias enviadas ao rei por um navio que retornou a Lisboa (cf. *Relação...*, 2000). Se muitos dos documentos da expedição não perdurariam a ponto de encontrarem alguma recepção, e muitas das personagens históricas empenhadas naquela empresa perderiam a vida antes que as naus da armada retornassem a Lisboa no ano seguinte, com esses três escritos temos acesso não somente à inauguração, por vezes retroativa,<sup>12</sup> de uma cadeia de discursos sobre a descoberta do Brasil, como ao advento da noção de uma terra nova, de um novo mundo, de uma nova gente, assim como ao estabelecimento das bases daquilo que Marilena Chauí expõe como mito fundador do Brasil, a ideia de ser esta uma terra privilegiada e abençoada por Deus e pela natureza, marcada pela grandiosidade e abundância, relacionada a paraísos terrenos bastante difundidos anteriormente no imaginário europeu, e há muito buscados por diversos personagens viajantes de célebres narrativas medievais (cf. Chauí, 2000). Em seu *conhecer-reconhecer* (ver Finazzi-Agrò) inauguram, disseminam, perpetuam-se em um conjunto discursivo fundamental e fundador, a ser confirmado, reafirmado, deformado ou contestado por infindáveis outros discursos.

Há, de fato, nesses relatos de viajantes da armada a menção a grandes acidentes geográficos e à prodigalidade da flora, à amplitude espacial e à abundância populacional, porém, inusitadamente, tais escritos dão também indícios contrários a muitas noções que depois seriam largamente difundidas, e que orbitam os escritos posteriores sobre o descobrimento. Um exemplo pode ser observado em relação à tese da sua casualidade, mais tardia (ver nota 8), ou à ideia correlata de que Portugal desconhecia a existência de terras ali localizadas. A *Carta de Mestre João*, por exemplo, menciona um mapa-múndi, pertencente a Pero Vaz da Cunha, fidalgo conhecido como *Bisagudo*, onde o rei poderia ver a localização daquele território, fator que não se pode ignorar – apesar da polêmica, da negação ou do silêncio – sobretudo se tivermos em

---

11 A *Carta de Mestre João* tem seu manuscrito disponível, inclusive digitalizado no acervo em rede da Torre do Tombo, há ainda sua edição diplomática e outras edições semidiplomáticas e interpretativas; é originalmente escrita em uma língua considerada híbrida, um “português espanholado”, ou em “língua portuguesa com muitas expressões castelhanas” (cf. Garcia, 2000, p. 35), definições estas que, a nosso ver, ainda pediriam maior aprofundamento. A *Carta de Caminha*, por sua vez, também tem seu original acessível no acervo digital da Torre do Tombo, há sua edição diplomática e inúmeras variantes modernizadas. Por último, a *Relação*, tendo sido escrita em português, conforme se acredita, teve seu original perdido, tendo permanecido por ter sido traduzida ao italiano, largamente publicada nessa língua a partir de 1507, e depois traduzida e publicada em muitos países. Da *Relação* estão disponíveis quatro cópias manuscritas (cf. Garcia 2000, p. 12), assim como as duas primeiras impressões em italiano, do século XVI, traduções e atualizações que destas posteriormente se fizeram para o português.

12 É o caso da *Carta de Caminha* e da *Carta de Mestre João*, que vieram a público no século XIX, mas depois de publicadas ganharam notoriedade como documentos de origem, ajudaram a ajustar dados da historiografia e influenciaram autores e artistas diversos.

vista o conhecimento técnico por parte daquele autor.<sup>13</sup> Não seria, por sinal, a única vez em que um *achamento* é realizado com utilização de um mapa prévio; segundo a *Relação da primeira viagem ao redor do mundo*, do italiano Antonio Pigafetta, acerca da primeira expedição de circunavegação iniciada em 1519 a serviço de Castela, o português Fernão de Magalhães, que a comanda, sabe com ajuda de um mapa avistado por ele anteriormente, confeccionado por Martim de Boêmia, da localização do estreito que depois seria batizado com o seu nome e por cuja *descoberta* seria notabilizado (cf. Pigafetta, 2012, cap. I).<sup>14</sup>

Nos anos que se seguem a 1500, inúmeros outros documentos se encarregariam de contribuir para a construção gradual da ideia de *descobrimento de uma terra nova*, imensa, paradisíaca, com animais extraordinários, abundante e largamente povoada por uma gente nua – descrita ora como branca, ora como parda, ora como negra. Quando o navio Nossa Senhora Anunciada, primeira embarcação da frota de Cabral a retornar da Índia, aporta em Lisboa em 23 de junho de 1501, mercadores e diplomatas italianos, cujos negócios são diretamente afetados ou então são comprometidos com a empresa da expansão,<sup>15</sup> são os primeiros a enviar a Veneza e Florença informações sobre aquela *descoberta* (cf. Garcia, pp. 37-40). Mesmo não integrando o conjunto da literatura portuguesa, não podemos deixar de aludir às cartas do comerciante florentino Bartolomeu Marchioni, uma de 27 de junho de 1501 e outra provavelmente do mês seguinte. Na segunda carta, Marchioni informa que “Este rei tem descoberto nesta (viagem) um novo mundo, mas é perigoso navegar na extensão destes mares”<sup>16</sup> (Marchioni, 2000, p. 40). Na primeira carta, os papagaios são descritos como animais admiráveis, entre outros exemplares maravilhosos da fauna “que mostram ser verdadeiras as histórias de Plínio, tido por mentiroso” (p. 40). Sua menção ao autor da antiguidade latina é mais um dos exemplos bem perceptíveis de um *conhecer* que é um *reconhecer* (como o apontado pelo estudo de Finazzi-Agrò), de mitos antigos que fundam o espaço recém-encontrado (como observado por Marinela Chauí na formação da identidade brasileira), de saberes, aprendizagens, memórias e cultura conduzindo o olhar do sujeito na ordenação de uma paisagem (como demonstrado por Anne Cauquelin).

Constam também a correspondência do veneziano Giovanni Matteo Cretico,<sup>17</sup> de 27 de junho do mesmo ano, que menciona “mais de duas mil milhas” de costa (Crético, s.d., p. 146),

---

13 “Quanto, senhor, ao sítio desta terra mande vossa alteza trazer um mapa-múndi que tem Pêro Vaz Bisagudo e por aí poderá ver vossa alteza o sítio desta terra; porém aquele mapa-múndi não certifica esta terra ser habitada ou não; é mapa-múndi antigo e ali achará vossa alteza escrita também a Mina.” (Mestre João, 2000, p. 36).

14 Acreditamos que a palavra *descobrimento*, por sua vez, aplicada ao estabelecimento de contato com um território, segundo indicam muitos documentos escritos por portugueses sobre a costa brasileira entre 1500 e 1535, não carregue o sentido de encontrar um espaço novo e insuspeitado, mas tenha uma carga semântica muito mais próxima das noções várias de *empreender uma expedição* de exploração e reconhecimento, de *documentar atributos e localizações*, de *nomear e mensurar*, para abrir precedentes a futuras diligências. Estes são os sentidos que encontramos no *Diário da Navegação*, de Pero Lopes de Sousa. Também na *Relação do Piloto Anônimo*, é mencionada uma segunda expedição oficial ao Brasil, provavelmente comandada por Gonçalo Coelho, em 1501, ano seguinte à viagem de Cabral: “encontrámos três navios, que o nosso rei de Portugal mandava a descobrir a terra nova.” (*Relação...*, 2000, p. 16).

15 José Manuel Garcia, na apresentação a essas cartas italianas, esclarece que venezianos tinham a importância de seus portos ameaçada pela transferência a Lisboa das bases do comércio com o Oriente, ao passo que florentinos apoiavam a iniciativa do rei português (cf. Garcia, 2000, pp. 37-38).

16 Acréscimo da edição de Garcia, 2000.

17 “Acima do Cabo da Boa Esperança, a sudoeste descobriram uma terra nova a que chamam Papagá (...). Acreditam que seja terra firme, porque seguiram a costa mais de duas mil milhas e não acharam o fim.” (Crético, s.d., p. 146)

ressaltando a noção de sua vastidão e continentalidade, e a do embaixador de Veneza em Lisboa, Pietro Pasqualigo, de 18 de outubro de 1501, que alude estarem ligadas a América do Norte, as Antilhas e a Terra dos Papagaios, confirmando a possível existência de um novo continente. Dias antes disso, o florentino Américo Vespúcio, que se dirigia às terras brasileiras na expedição portuguesa de 1501, em um dos três navios provavelmente comandados por Gonçalo Coelho, encontra em uma paragem na África uma parte da armada que tinha sido de Cabral e que então retorna da Índia;<sup>18</sup> é presumivelmente junto a tripulantes que ele compila as novidades enviadas a Florença em 4 de junho daquele ano, em carta a Lorenzo di Piero Francesco de Medici: “E depois de terem navegado durante 20 dias (...) depararam com uma terra onde encontraram gente branca e nua” (Vespúcio, 2000, p. 40). Vespúcio demonstra inclusive já haver a noção, entre os tripulantes de Cabral, de ser aquele um continente, por crer estar aquele território ligado com as terras descobertas por Castela.<sup>19</sup>

Outra relevante narrativa conhecida encontra-se na *Carta de D. Manuel para os Reis Católicos*, enviada em 1501, entre julho e agosto.<sup>20</sup> No documento, o rei português desculpa-se pelo atraso no envio de notícias e informa que a frota de Cabral, tendo partido em março de 1500 de Lisboa, “nas outavas de Páscoa seguinte chegou a uma terra que novamente descobriu, a que pôs o nome Santa Cruz” (D. Manuel I, 2000, p. 42). Não surgem nessa correspondência, porém, descrições das características da terra, mas apenas das “gentes nuas como na primeira inocência, mansas e pacíficas, a qual pareceu que Nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse, porque é muito conveniente e necessária à navegação à Índia” (p. 42). Essa sugestão, já presente também na *Carta de Caminha* (“Ele, que nos per aqui trouxe, creio que não foi sem causa”, Caminha, 2000, p. 32), de que Deus teria desejado o achamento do novo território e da sua gente, contribui para a futura ideia de ser o Brasil uma terra privilegiada divina e naturalmente, já que introduz a noção de que mesmo seu encontro é determinado pela vontade dos céus.<sup>21</sup>

É dessa maneira que a ideia de descobrimento, assim como outras noções correlatas e um catálogo de características sobre uma *nova* costa e uma *nova* gente começam a ganhar alguma divulgação no início dos quinhentos. Legendas de planisférios passam a exibir o Brasil, ou ainda parte dele, como no mapa anônimo conhecido como *De Cantino*, de 1502, que o apresenta como a então batizada *Terra de Vera Cruz* “a qual achou Pedro Álvares Cabral (...). E ele a descobriu indo por capitão mor de catorze naus”. Assim como outras cartas, afirma a natureza continental daquele território, que “se crê ser terra firme, em a qual há muita gente de descrição”. Na legenda a população é ainda descrita como *homens e mulheres nus, mais brancos que baços, com cabelos corredios*.

---

18 Essa informação está confirmada na *Relação do Piloto Anônimo*: “E ali deu bom tempo, com o qual atravessamos e viemos à primeira terra junto a Cabo Verde chamada Bezeguiche, onde encontramos três navios, que o nosso rei de Portugal mandava a descobrir a terra nova” (Relação..., 2000, p. 16).

19 Vespúcio utiliza a definição “mesma terra que eu descobri para o rei de Castela, salvo que está mais para Levante (...)” (Vespúcio, 2000, p. 40), para aludir ao fato de ser parte de um continente.

20 A atribuição da data varia entre 29 de julho de 1501 e 28 de agosto de 1501 (cf. Garcia, 2000, p. 41).

21 Marilena Chauí já apontou essa relação na *Carta de Caminha* (Chauí, 2000, p. 57-58).



O pequeno texto ainda reforça ao fim a noção de descobrimento, datando-o: “Foi descoberta esta dita terra em a era de (mil e) quinhentos” (Legenda... [1502], 2000, pp. 43-44).<sup>22</sup>

Também diversos outros documentos, como o *Auto Notarial de Valentim Fernandes*, escrito por um tabelião público morávio, em 20 de maio de 1503, em Lisboa, para atestar a procedência de uma pele de jacaré e de uma pintura, ou escultura, enviada a Bruges (cf. Amado e Figueiredo, 1997), passam a conter uma descrição cada vez mais ampla e detalhada. Nessa certidão de Valentim Fernandes, lida diante do rei e de membros da corte lusa, e ao qual temos acesso apenas por uma cópia autenticada de agosto do ano seguinte, o notário menciona o descobrimento datando-o do “último dia de Abril”, quando, a frota de Cabral “dirigindo-se para a Índia de aquém Ganges revelou-nos, pela divina Providência, no mar desconhecido, debaixo da linha equinocial, um novo mundo ignorado por todos os autores (...)” (Fernandes, 2000, p. 45). Valentim Fernandes descreve ainda os habitantes originários da terra, sua [suposta falta de] organização social, econômica, religiosa, sua nudez, suas características físicas e alguns de seus hábitos. A terra é apresentada como “coberta de espessos bosques e rios muito grandes” (Fernandes, 2000, p. 45).

Em um planisfério de 1519, de autoria atribuída a Jorge Reinel, elaborado por ele em Sevilha em colaboração com a então próxima viagem de circunavegação de Fernão de Magalhães (cf. Garcia, 2000, p. 44), um *Novo Mundo* português já é apresentado como a terra do “Brasil, assim chamada por causa de certa madeira que dela se traz em abundância, foi descoberta casualmente em tempo do santo Rei D. Manuel de Portugal, no ano de 1500” (Legenda... [1519], 2000, p. 48). Após mencionar a nudez dos ameríndios (“como a mãe os deu à luz”), aponta que “Entre eles, as árvores, as ervas, os animais e as aves, são diversos dos nossos”, e afirma que Isidoro já havia dado notícia de uma quarta parte do mundo, desconhecida (p. 48), em mais um exemplo do reconhecimento numa tradição daquele espaço novo.

### 3. DIÁRIOS, CARTAS, CRÔNICAS E COMPÊNDIOS DE HISTÓRIA: A COLONIZAÇÃO

O *Dário da Navegação*, de Pero Lopes de Sousa, tem como referência a viagem junto à frota comandada por seu irmão, Martim Afonso de Sousa, entre 1530 e 1532, considerada uma das mais decisivas expedições dentro dos propósitos colonizadores após a chegada de Cabral.<sup>23</sup> Apesar de ter subsistido apenas em fonte politemunhal, o que dificulta a recolha exata de determinadas expressões e de vocabulário, o *Diário* mescla o conteúdo técnico, náutico, geográfico e astronômico, como profundidades, ventos, coordenadas, posições dos astros, com a narração de acontecimentos decorridos e a descrição de algumas paisagens pelos quais

22 Acréscimo da edição de Garcia, 2000.

23 Segundo Teixeira da Mota, os objetivos principais dessa expedição são, provavelmente, a exploração do litoral, do Amazonas ao Rio da Prata, a expulsão dos franceses que comerciavam pau-brasil, a fundação de povoados e, sobretudo, a larga promoção da colonização portuguesa (cf. Mota, 1968).

passaram. O volume é uma edição baseada no cotejo de algumas cópias, baseadas, por sua vez, em um possível diário de bordo prévio (cf. Mota, 1968, p. 10-11).

A narrativa de Pero Lopes não trata do *achamento* de 1500, mas utiliza a palavra *descobrimento* para alguns dos seus próprios contatos com a terra, como em 1º de fevereiro de 1531, quando trata do avistamento de um conhecido cabo: “Como descobrimos o cabo de Sant’ Agostinho, saí o capitão I. do navio Sam Miguel (...) mas vinha tanto a julavento que quasi nom podiam cobrar a terra” (Sousa, 1968, p. 39). Em um primeiro momento, nesses dias entre final de janeiro e início de fevereiro daquele ano, não é expressa qualquer admiração quando da chegada ao Nordeste brasileiro. Em 31 de janeiro aponta apenas: “vimos terra, que nos demorava a loeste” (p. 38). No dia 3 de fevereiro, ainda navegando pela costa do Nordeste, descreve que “A terra é toda chã, chea de arboredo” (p. 40). Na chegada à Baía de Todos os Santos, em 30 de abril daquele ano, tece algumas considerações sobre a população, como uma gente “toda alva, os homens mui bem dispostos e as mulheres mui fermosas” (pp. 47-48), e depois no Rio de Janeiro afirma ser a população como a anteriormente observada, mas “mais gentil gente” (p. 59). Nos atuais Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, também não são feitas apreciações sobre beleza, grandeza ou riqueza locais, apesar de mencionar, em alguns pontos, a larga dimensão de acidentes geográficos, como na Cananeia, de onde “ao norte duas léguas se faz um rio mui grande” (p. 62).

Entretanto, na costa atlântica do atual Uruguai, o autor, de acordo com suas medições a cerca de 34 graus e três quartos, no dia 14 de outubro de 1531, declara que “A terra é mui fermosa: muitos ribeiros de água e muitas ervas e frores como as de Portugal” (p. 67). Mais adiante, em sua excursão à região do Rio da Prata, anuncia a beleza ímpar daquela paisagem: “A terra é mais fermosa e aprazível que eu jamais cuidei de ver (...). Aqui achei um rio grande; ao longo dele, tudo arboredo, o mais fermoso que nunca vi” (p. 77). Apesar de Pero Lopes não estar dentro do atual território do Brasil, suas considerações acerca da beleza singular da paisagem integram o inventário português sobre o Novo Mundo que o reino busca incluir em seus domínios. Pero Lopes, porém, já reconhece uma diferença ao observar os ameríndios, “A fala sua nom entendíamos nem era como a do Brasil” (Sousa, 1968, p. 78)

Alguns anos depois da expedição de Martim Afonso, o padre Manuel da Nóbrega, líder da primeira missão jesuítica em terras brasileiras, em uma carta intitulada *Informações das terras do Brasil*, enviada provavelmente em agosto de 1549, procura introduzir aos olhos dos padres e irmãos de Coimbra as particularidades locais brasileiras. Se não está ali narrado o momento em que a armada de Cabral avista e aporta na costa brasileira, dentro da ideia de fartura, exuberância natural, clima privilegiado mas com adversidades, Nóbrega descreve uma terra de “mil léguas de costa toda povoada de gente”, onde há muitas águas e chuvas, onde “os arvoredos e as ervas estão sempre verdes”, uma terra fresca, ainda que “áspera pelos montes e matos”, com “diversas frutas (...) ainda que não sejam tão boas como as de lá [do reino]”, e onde apesar de haver muitas formigas, “Cidras, laranjas, limões, dão-se em abundância”.<sup>24</sup> (cf. Nóbrega, 1955, p. 59-61). Os ameríndios, alguns tidos como *em pecado* e outros como *em processo de salvação*

---

24 Acréscimos nossos.

devido ao que Nóbrega identifica como *inteligência e potencialidades como futuros cristão*, já são apresentados com alguma pluralidade; Guaianases, Carijós, Aimorés, Tupiniquins, Tupinambás são mencionados como diferentes grupos, com características, costumes, aparência próprios, apesar de ainda serem poucas as informações que se dispõe de boa parte deles, e serem poucos os povos originários então conhecidos pelos missionários. Também os europeus e descendentes habitantes do Brasil são descritos pelo jesuíta, muitas das vezes como pecadores, preguiçosos, ou mesmo a escória – isto sobretudo quando se refere ao clero. Nóbrega vai reafirmar em sua correspondência a noção de que os ameríndios não tenham religião, mesmo que ele mesmo descreva cerimônias e crenças em diversos trechos; ele qualificará alguns ameríndios como *índios* ou *índias da terra*, *negros* ou *negras da terra*, em contraste com os que alude como *moradores da terra*, como se refere aos europeus e descendentes.

Entre a década de 1530 e o início dos anos de 1570, cronistas portugueses, como Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, iriam participar decisivamente na disseminação da ideia de descobrimento do Brasil, de sua casualidade e de outros acontecimentos ligados a esse evento, além de reforçar as bases dos lugares-comuns e paradigmas relativos às características daquela terra e de sua população. Castanheda, na sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, situa o avistamento a 24 de abril, desta que é mais adiante descrita como uma “terra muito viçosa de arvoredos e fresca com muitas águas, e abastada de muitos mantimentos, e de muito algodão”; acrescenta ainda que Cabral “lhe pôs nome terra de Santa Cruz, e depois se perdeu este nome e lhe ficou o do Brasil”, fato que considera de alguma forma herético. Ele repete narrativas de que ali “andava alguma gente pela praia”, a “gente da terra”, segundo sua descrição, uma gente *baça, nua, alegre*, que dança, toca e salta, *bem proporcionada*, que vive muito próspera em alimentos (Castanheda, 2000, pp. 59-60).

Datando o descobrimento também a 24 de abril, João de Barros, nas suas *Décadas da Ásia*, narra o evento como ocorrido quando a armada de Cabral “foi dar em outra costa de terra firme”, a qual, segundo acrescenta, não se pôde de início “afirmar ao certo se era ilha ou terra firma” (Barros, 1982, p.107). Tanto em relação a uma descoberta do Brasil quanto à população ali encontrada, reitera muitas das caracterizações já utilizadas em cartas e relações anteriores. Partindo de uma diferenciação do povo da Guiné, afirma ser a população ameríndia *gente nua*, de *cor baça e cabelo comprido e corredio*, chamada por ele de *gente da terra, nova gente, pagãos da terra*, “sem a comum semelhança da outra gente que tinham visto”, “o qual podemos crer estar ainda na lei da natureza”, numa “bárbara terra nunca trilhada de povo cristão”, e acrescenta a noção de terem os ameríndios o *rosto amassado* (pp. 107-110). Com esses dados, Barros reafirma a noção de descoberta de uma população *nova* e de um mundo tão novo que mal se sabia de início suas reais dimensões insulares ou continentais, além de contar como a nome de Santa Cruz era sinal de que aquela terra seria “dedicada a Deus” (pp. 110-111).

Gaspar Correia, por sua vez, nas *Lendas da Índia*, situa o achamento em um domingo, 3 de maio, dia de Santa Cruz, e narra que “A capitania, que hia diante, amanhecendo hum domingo houve vista de terra a barlaunto (...) a descobrindo, que era grande costa, terra noua, que nunca fora vista” (Correia, 1975, p. 151). Logo adiante, como os navios seguem pela costa, os

tripulantes da armada “virão grandes aruoredos pola fralda do mar e por dentro grandes montes e serranias, e muytos rios largos, e grandes enseadas” (p. 151). Em consonância com outros cronistas, ele também reitera todo um repertório de expressões e de adjetivos anteriormente encontrados em cartas e relações, para assim supostamente descrever um povo encontrado naquelas paragens; ali, numa grande baía, os homens da armada deparam-se com pessoas referidas como *gente da terra* e descritas como *gente mansa*, que não fazia qualquer mal, *nua, branca, bestial*, alguns vestidos com redes de algodão, outros com penas. Contudo, não é afirmada uma aparência inédita, já que aponta terem eles *rostos largos e narizes largos semelhantemente a jaus*, ou seja, a javaneses (p. 152). A narrativa expõe que Cabral envia André Gonçalves a correr a costa, “descobrio muyto della, que tinha muytos bons portos e rios, escreuendo tudo e as sondas e sinais” e que depois o manda mais uma vez “a descobrir esta terra” (p. 152).

O compêndio intitulado *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, obra de Pero de Magalhães de Gândavo, que conta com muitas versões e é amplamente conhecido no seu tempo, mesmo em manuscrito,<sup>25</sup> influenciou diversos autores na Península Ibérica e foi depois deixado em esquecimento ou possivelmente recolhido “por conter informações que a coroa portuguesa não gostaria de ver divulgadas”, ficando cerca de 3 séculos nessa condição (cf. Hue, 2004). Porém, antes de se tornar um volume esquecido, chega a ser publicado em Lisboa em 1576, sendo então o primeiro livro português inteiramente dedicado ao Brasil a ser impresso. Seu autor constrói uma espécie de história natural da província; ao longo dos capítulos é apresentada sua descoberta e são descritas a terra, as capitânias, os moradores, as plantas, os animais, as aves, os peixes, os monstros, os indígenas, sua organização, suas guerras, seus rituais de antropofagia, sua conversão pela Companhia de Jesus, além estarem ali mencionadas possíveis riquezas do sertão, a serem achadas em um futuro indefinido.

Os dois capítulos iniciais dedicam-se, respectivamente, a narrar o descobrimento e a descrever o território e suas qualidades. No primeiro, consta que os navios da frota de Cabral “foram dar na costa desta província (...) sem haver piloto nem outra pessoa alguma que tivesse notícia dela, (...) onde logo viram a gente da terra, de cuja semelhança não ficaram pouco admirados, porque era diferente da de Guiné e não se pareciam com nenhuma das outras que haviam visto” (Gândavo, 2004, cap. 1). É perceptível que Gândavo é bastante influenciado pelos historiadores e cronistas portuguesas das décadas que precedem o seu compêndio, sobretudo por João de Barros, com trechos inteiros de convergência e a quem cita nominalmente quando da defesa do nome *Santa Cruz* em detrimento do *demoníaco nome Brasil*. Assim como Barros, Gândavo não somente corrobora a tese da casualidade, já presente nessas outras obras do século XVI e em algumas cartas anteriores, como escolhe confirmar a noção de uma gente de aparência *nova*, de um *povo novo*, projetando assim sobre essa população uma admiração por parte dos integrantes da armada. Mas, em mais uma das diversas contradições que tornam esse livro mais complexo em sua relação com a alteridade indígena e não cristã, mais adiante afirmará que os índios têm “algumas feições deles à maneira de chins” (cap. 10).

---

25 Sheila Hue, na apresentação à sua edição da *História da Província de Santa Cruz*, lembra-nos que uma cópia manuscrita desse volume foi enviada a Castela mesmo antes da publicação (Hue, 2004).

No capítulo 2, em que descreve a província, Gândavo começa por situar geograficamente a Santa Cruz “naquela grande América, uma das quatro partes do mundo”. A partir de então, descreve um território sem extremos naturais, que “embora sendo tão grande, não tem serras (ainda que muitas), nem desertos, nem alagadiços, que com facilidade não se possam atravessar. (...) província, sem contradição, a melhor para a vida do homem” (cf. Gândavo, 2004, cap. 2). Tal afirmação se justifica, segundo o autor, por ser a terra extremamente fértil, com “bons ares”, “deleitosa e aprazível à vista humana”, “deliciosa e fresca (...); toda ela está vestida de mui alto e espesso arvoredado, regada com as águas de muitas e mui preciosas ribeiras (...), onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera”; é assim uma terra “salutífera e livre de enfermidades” devido aos ventos vindos do mar (cap. 2). Há ainda no volume outras descrições bastante contraditórias da terra e da população, como, por exemplo, a afirmação, em alguns pontos, da unidade da população originária e de sua língua, e depois a enumeração de distintas *nações*, segundo termo por ele utilizado, com línguas diversas, como Aimorés e Tapuias.

Os volumes reunidos sob o título de *Tratados da terra e gente do Brasil* são de autoria do padre jesuíta Fernão Cardim, nascido provavelmente em 1548-49, no Alentejo, ingressado na Companhia de Jesus em 1556, chegado à Bahia em 1583, e falecido na aldeia de Abrantes, “nos subúrbios de Salvador, em 1625, depois de uma vida intensa de permanência nesse território, durante 42 anos”, com interrupções de pequenas viagens e de um cativo na Inglaterra (cf. Azevedo, 2009, p. 12). Cardim não narra exatamente um descobrimento, mas compõe um panorama “de algumas cousas notáveis que se acham na terra como no mar” (Cardim, 2009, p. 81), do clima, dos animais, das cobras, das aves, das árvores frutíferas, dos óleos, das árvores que produzem boa madeira, das ervas diversas, das canas, dos peixes, das criaturas monstruosas, dos mariscos, mas também dos habitantes locais, ameríndios e portugueses. Quanto aos índios, proporciona algum detalhe na observação de sua religiosidade, matrimônios, alimentação, costumes. Ali os indígenas começam a ser apresentados, na parte “Do princípio e origens dos índios do Brasil”, como *gentio*, sem agricultura, sem escritura ou escrita, sem conhecimento de Deus, apesar de apontar que usam feitiços e feiticeiros, e como organizados em casamentos duvidosos. Segundo afirma, é gente que *anda nua*, em *inocência*, que “come o tempo todo”, são “bêbados” – uma novidade acerca da imagem do ameríndio – e que reparte tudo o que tem. Ele descreve ainda maiores detalhes das cerimônias, casamentos, relações familiares, hospitalidade, criação das crianças, luto, armas e ferramentas, jogos, guerras, cantos e bailes, além de enumerar diferentes grupos e suas línguas, chamados por ele de *nações*, como Potiguares, Caetés, Tupiniquins, Tupinambás, Temininós, Carijós, Tapuias (cf. Cardim, 2009).

Os manuscritos desses tratados são roubados em uma emboscada do corsário inglês Francis Cook a um navio em que o padre se encontra em 1601, resultando então em seu cativo, do qual sairia cerca de 3 anos depois, quando retornaria à colônia, onde seria ainda provincial do Brasil da Companhia de Jesus. Cardim não tem mais acesso a seus manuscritos, que são publicados por Samuel Purchas, em Londres, em 1625, na sua coletânea de viagens, ainda sem a atribuição correta do autor, entretanto, em português a obra só seria conhecida no século XIX. Todo este trajeto de seu compêndio indica que o texto teve larga circulação através da coleção inglesa a que foi anexado.

O *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, do colono e senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, é outra obra de relevância dentro desse âmbito de construção da imagem do país e de sua população, descreve uma “província mui abastada de mantimentos de muita substância e menos trabalhosos que os de Espanha” (Sousa, 2010, p. 34). Esse tratado traz uma narrativa sobre o descobrimento do Brasil, segundo relata, a “terra se descobriu aos 24 dias do mês de abril de 1500 anos por Pedro Álvares Cabral”. Gabriel Soares estende-se, de modo que pontua ainda a segunda expedição: “A estas partes foi depois mandado por Sua Alteza Gonçalo Coelho com três caravelas de armada, para que descobrisse esta costa” (p. 35). Uma terceira viagem, de Cristóvão Jacques, é mencionada ainda: “foi continuando no descobrimento desta costa” (pp. 35-36). Gabriel Soares também procura dar uma imagem da vida dos ameríndios (que chama de *gentios*), de acordo com os locais que pretende descrever, como na descrição de parte da atual região Nordeste brasileira, onde residem os potiguares, “que tanto mal tem feito aos moradores das capitanias de Pernambuco e Tamaraca”, inimigos dos Caetés, fronteiros dos Tapuias. O autor descreve os potiguares como “gente de má estatura, baços de cor, como todo o outro gentio” e “Falam a língua dos topinambas e caytes; têm os mesmos costumes e gentilidades, (...). E este gentio é muito belicoso, guerreiro e atraído, e amigo dos franceses” (p. 49). Na descrição desse povo afirma ainda que são grandes lavradores, e acrescenta que são bons caçadores e flecheiros, que “cantam, bailam comem e bebem” (pp. 49-50).

#### 4. UMA LITERATURA INAUGURAL

Através desse panorama, que percorre a concepção da noção de descobrimento, a construção da caracterização do Brasil e a constituição da imagem de seus habitantes através da literatura portuguesa de viagens, enfatizamos de que maneira uma espécie de poder criador opera no imaginário a partir de escolhas, conscientes e inconscientes, dos elementos discursivos desse conjunto literário. Seja a respeito da terra nova, Novo Mundo, Vera Cruz, Terra dos Papagaios, Santa Cruz, ou Brasil, tratamos aqui de uma literatura inaugural, um conjunto de escritos que inventa a relação europeia com um determinado espaço, nomeando-o, qualificando-o, ajuizando-o, dotando-o de paisagens, com base em seu repertório cultural europeu, cristão, colonialista e expansionista, mesmo que cada época, nos séculos seguintes, vá conferir ainda a sua própria leitura desses componentes.

É esta uma literatura inaugural não por ser inédita ou original, dentro dos atuais conceitos de ineditismo e originalidade, não por ser repleta de encantamento de um primeiro olhar, mas por formar e integrar essa larga rede de discursos que influencia de maneira fundamental os seus contemporâneos e os futuros olhares sobre uma terra e suas populações. É inaugural por conceber dentro de si mesma o que depois seria entendido como *momento primeiro* para a existência de um país e de seus habitantes; por ser responsável por produzir junto ao público europeu as características da terra e do povo encontrados, muitas das quais persistentes até os dias atuais. É, por outro lado, com todos os seus comprometimentos políticos, sociais, econômicos, culturais

e religiosos com os propósitos expansionistas, colonizadores e evangelizadores de reinos da Europa e da Igreja, uma literatura inaugural por contribuir também para legitimar uma longa dominação e suas instituições, para as justificar, valorizar, divulgar, propagandear e naturalizar junto à Europa e mesmo junto às futuras populações colonizadas.

## BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luiz Carlos. “A certidão de Valentim Fernandes, documento pouco conhecido sobre o Brasil de 1500”. In *Textos de História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, v. 5, (f 2), Brasília, UnB, 1997. pp. 133-142.

AZEVEDO, Ana Maria. Introdução a CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Org. de Ana Maria Azevedo. São Paulo: Hedra, 2009. pp. 9-78.

BARROS, João de. *Décadas*. Seleção, prefácio e notas de António Baião. vol. 1. Coleção de Clássicos Sá da Costa. 3 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Org. de Ana Maria Azevedo. São Paulo: Hedra, 2009.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de. «A História de Fernão Lopes de Castanheda». In GARCIA, J.M. (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. pp. 54-62.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. Trad. Márcio Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia*. vol. 1. Coleção Tesouros da Literatura e da História. Introd. e revisão M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1975.

CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. 1ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CAMINHA, Pero Vaz de. “Carta de Pêro Vaz de Caminha para D. Manuel”. In GARCIA, J.M. (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. pp. 17-34.

\_\_\_\_\_. “A Carta de Pêro Vaz de Caminha” [fac-símile e diplomática]. In CORTESÃO, Jaime. *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. pp. 95-151.

CRETICO, Giovanni Matteo. “Anexo I: Carta de Giovanni Matteo Crético ao Doge Barbarigo”. In GUEDES, Max Justo. *O descobrimento do Brasil*. Pref. Luís de Albuquerque. Lisboa: Vega, s.d. pp. 145-148.

D. MANUEL. “Carta de D. Manuel para os reis católicos”. In GARCIA, J.M. (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 42.

FERNANDES, Valentim. “Auto notarial de Valentim Fernandes”. In GARCIA, J.M. (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. pp. 44-46.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “A invenção da ilha. Tópica Literária e topológica imaginária na descoberta do Brasil”. In *Rascunhos de História*, n. 5. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1993.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A primeira história do Brasil: História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Modernização e Notas de Sheila Hue e Ronaldo Menegaz. Pref. Cleonice Berardinelli. Ed. Digital. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GARCIA, José Manuel (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Edição especial comemorativa dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

HUE, Sheila. Apresentação a GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *A primeira história do Brasil: História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Modernização e Notas de Sheila Hue e Ronaldo Menegaz. Pref. de Cleonice Berardinelli. Ed. digital. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

LEGENDA DO PLANISFÉRIO PORTUGUÊS ANÓNIMO DE 1502. In GARCIA, J.M. (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. pp. 43-44.

MARCHIONI, Bartolomeu. “Duas cartas de Bartolomeu Marchioni”. In GARCIA, J.M. (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 40.

MESTRE JOÃO. “Carta de Mestre João para D. Manuel”. In GARCIA, J.M. (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. pp. 35-37.

MOTA, Teixeira da. Prefácio a SOUSA, Pêro Lopes de. *Diário da navegação de Pêro Lopes de Sousa (1530-1532)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

O’GORMAN, Edmundo. *La invención de América; investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo y del sentido de su devenir*. Colección Biblioteca Universitaria de Bolsillo. México: FCE, 2006.

PIGAFETTA, Antonio. *Primer viaje alrededor de mundo*. Ed. digital. Barcelona: Linkgua Digital, 2012.



LEGENDA DE UM PLANISFÉRIO DE 1519. In GARCIA, J.M. (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 48.

RELAÇÃO DA VIAGEM DA FROTA COMANDADA POR PEDRO ÁLVARES CABRAL. In GARCIA, J.M. (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. pp. 12-16.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Org. de Fernanda Trindade Luciani. São Paulo: Hedra, 2010.

SOUSA, Pêro Lopes de. *Diário da Navegação de Pêro Lopes de Sousa (1530-1532)*. Pref. Teixeira da Mota; leitura Jorge Morais-Barbosa. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

TODOROV, Tzvetan. *La conquista de América: el problema del otro*. Traducción Flora Botton Burlá. 2 ed. México: Siglo XXI, 2010.

VESPÚCIO, Américo. “Carta de Américo Vespúcio de 4 de junho de 1501”. In GARCIA, J.M. (org.). *O descobrimento do Brasil nos textos de 1500 a 1571*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. pp. 39-40.